

Câmara de S.Caetano acolhe denúncia e abre investigação contra Getulinho

Câmara acata denúncia que pode cassar Getulinho em São Caetano

Foram 19 votos favoráveis à abertura da comissão processante, que vai apurar se o vereador feriu o decoro e deve perder o mandato



DE OLHO. Suplente Ubiratan Figueiredo (direita), empossado temporariamente, ri na sessão que deu início à investigação que pode custar cadeira a Getulinho, sentado na escada

A Câmara de São Caetano aprovou ontem, em sessão que durou seis horas, a abertura de comissão processante que vai apurar se o vereador Getulio de Carvalho Filho, o Getulinho (União Brasil), violou o decoro e apresentou conduta incompatível com a dignidade do cargo. Ele é acusado de ter invadido a UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital Albert Sabin, colocando a vida dos pacientes em risco. Foram 19 votos favoráveis – inclusive o do suplente Ubiratan Figueiredo (União Brasil), que assumiu temporariamente a cadeira do acusado durante a votação – e dois contrários. Os trabalhos serão encabeçados por Cícinho Moreira (PL), eleito presidente. Relatório sairá em 90 dias. Getulinho poderá ter o mandato cassado e ainda perder direitos políticos por cinco anos. Em discurso, ele nega irregularidades.

Política 3

Câmara de S.Caetano acolhe denúncia e abre investigação contra Getulinho

Denunciado por quebra de decoro e conduta incompatível com a dignidade do cargo, vereador pode perder o mandato

WILSON GUARDA
wilsonguarda@igatoc.com.br

A Câmara de São Caetano instaurou ontem, após seis horas de sessão, comissão processante contra o vereador Getulio de Carvalho Filho, o Getulinho (União Brasil). Foram 19 votos favoráveis à abertura e dois contrários. A partir de agora, Cícinho Moreira (PL), Welber Macedo (PSB) e Bruno Vasari (PSB), que compõem o grupo de trabalho, respectivamente, como presidente, membro e relator, terão 90 dias para apresentar o relatório com as possíveis infrações político-administrativas. Caso as denúncias sejam admitidas após análise em plenário, daqui a três meses, o parlamentar poderá perder o mandato e ficar com os direitos políticos suspensos por até oito anos.

Getulinho, que está no primeiro mandato, foi denunciado pelo seu ex-assessor Wilson Renato Pinto – que assumiu o cargo de chefe de gabinete entre julho e outubro de 2025 e é advogado – e pelo servidor municipal Geovã Ferreira de Oliveira Brito. A dupla sustenta que o unionista violou o decoro e te-

ve conduta incompatível com a dignidade do cargo.

No documento, protocolado no dia 4, os denunciantes embasam as teses sob os argumentos de que o parlamentar cometeu abuso de prerrogativa, violação de direitos fundamentais de pacientes internados em UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e inobservância de protocolos de biosegurança, colocando em risco a saúde pública.

Antes da leitura integral do dossiê, com 70 páginas, Getulinho foi substituído – apenas nesta sessão – pelo segundo suplente do partido, Ubiratan Figueiredo, que não se reelegera em 2024, mas acumulou em sua trajetória política quatro mandatos. Todas as denúncias, teses que as embasam, jurisprudências e processos anexos ao pedido de abertura de comissão processante, com pedido de cassação, foram verbalizados em plenário.

Antes da fase regimental de votação pela admissibilidade da comissão processante, Getulinho, em sua primeira fala na tribuna, chamou os vereadores de urubus. “A cassação é um pouco óbvia, porque a



ALVO. Getulinho acompanhou em plenário a aprovação de comissão processante que pode lhe custar a cadeira

gente sente, inclusive quando more um bicho no meio do mato, se vê urubus que voam em cima. Daqui a 90 dias eu não vou estar mais aqui, especialmente pelos urubus que sobrevoadam a carnica”, declarou o vereador.

No dossiê apresentado à Câmara são citados dois processos nos quais Getulinho foi condenado em primeira instância. Um cita o crime de

difamação e injúria contra a funcionária pública municipal Patrícia Carolina Casadei Arroio, com sentença datada de 7 de outubro de 2025, pela 1ª Vara Criminal da comarca de São Caetano.

Noutra ação, de autoria de Geovã Ferreira, um dos autores das denúncias, Getulinho foi condenado pela 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude de São Caetano pelos cri-

mes de calúnia, injúria e difamação. Extraiam-se também desse processo alguns trechos para sustentar as denúncias sobre as condutas do vereador, que, no dia 1º de janeiro de 2026, entrou na UTI do Hospital de Emergência Municipal Albert Sabin sem a devida autorização, expondo os pacientes internados a risco.

Antes de abrir a votação para a admissibilidade da co-

missão, Getulinho teve dez minutos, prorrogados por mais dois, para se manifestar. O unionista tentou desqualificar as denúncias.

“Pergunto: o que concretamente justificaria a cassação? Houve corrupção? Houve improbidade administrativa relacionada ao meu mandato? Houve condenação criminal definitiva?”, indagou Getulinho que mais cedo disse “é” às últimas consequências” para se manter no mandato.

Pinto, disse que as falas do vereador não passam de estratégia para mudar o foco. “Como todo acusado e condenado em primeira instância (o advogado) é uma tentativa de criminalizar a vítima. Ele sabe o que fez”, afirmou.

Ubiratan Figueiredo, que votou pela admissibilidade da comissão, evitou polêmicas. “Se no final do processo houver a cassação, vou cumprir o papel institucional”, declarou.

Os membros da comissão processante afirmaram que vão usar o tempo que “for necessário”, dentro dos 90 dias, para concluir as investigações, analisando provas e garantindo o direito à defesa.

Essa é a segunda comissão processante instaurada na Câmara de São Caetano em menos de seis meses. A primeira, iniciada no dia 26 de maio, investigou conduta de Maduca Giarollo (PT), que renunciou ao mandato no dia 28 de agosto, poucos dias antes da reunião que poderia validar as irregularidades, para assim evitar a suspensão dos direitos políticos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: Capa + página 3